

# Preparados para o que der e vier\*

Armando Vidigal\*\*

O Brasil é um país pacífico. Não ameaça ninguém e nem é ameaçado. Durante anos, isso nos foi dito e repetido tantas vezes que houve quem acreditasse na assertiva. A História contribuiu para isso. Só não reconhecíamos o óbvio: o que nos deixava a salvo de ataques não era a nossa simpatia, mas sim a nossa absoluta desimportância dentro do contexto político-estratégico internacional.

Só que isso mudou. A atual crise financeira que está redesenhando o capitalismo mundo a fora é apenas uma — e certamente a menor — das crises que se prenunciam nesse início do século XXI. Outras quatro estão por vir. E, em todas elas, a solução passa pelo Brasil.

A primeira delas é a crise de energia. Até recentemente importador de petróleo, hoje nosso país destaca-se no cenário internacional não apenas pelas suas imensas reservas recém-descobertas do pré-sal. Temos também enormes reservas de urânio. Detemos tecnologia de ponta, solo e climas perfeitos para nos tornarmos os maiores produtores de biocombustíveis.

A segunda grande crise é a da água. Motivo de guerras na África e no Oriente Médio, ela já começa a escassear nos países ricos. No Brasil, ela ainda é abundante.

A terceira grande crise, associada ao problema da água, é a crise dos alimentos. Nesse ponto, novamente a solução passa pelo Brasil,

o “celeiro do mundo”. Finalmente, a quarta grande crise do século XXI: a do meio ambiente. Uma vez mais, o Brasil e a Amazônia, “pulmão do mundo”, ocupam papel central nesse debate, em que a tese de internacionalização de nossas florestas ganha adesões a cada dia.

Cada uma dessas crises realimenta as outras e é por elas realimentada. Não se trata de paranoia de militar. Vivemos um claro deslocamento do polo estratégico mundial para o Atlântico Sul. E o Brasil, por todas as condições já mencionadas, encontra-se no foco das atenções.

Por isso tudo, vem em boa hora a “Estratégia Nacional de Defesa” pelo governo federal, que percebeu a importância de recuperar nossas Forças Armadas e construir uma sólida base militar. Isso só será possível se houver, de fato, políticas que fortaleçam a indústria nacional de defesa — estatal e privada —, que, por sua vez, deve trabalhar em conjunto com as universidades e os centros de pesquisa para o desenvolvimento da nossa própria tecnologia, para que não dependamos do conhecimento de quem pode se tornar hostil no futuro.

O poder militar não é um luxo, mas uma necessidade. Se vamos utilizá-lo ou não, pouco importa. Mas só poderemos verdadeiramente descansar quando tivermos a certeza de que, se preciso for, estaremos preparados para o que der e vier.

\* Transcrito de *O Globo*, de 24/01/2009.

\*\* O autor é Vice-Almirante, historiador e professor de Estratégia.

# Forças Armadas integradas\*

A Estratégia Nacional de Defesa, anunciada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, contempla uma série de iniciativas que visam fortalecer a Defesa Nacional. Para tanto, ele determinou que todos os órgãos da administração federal incluam essa preocupação na hora de executarem suas ações. O presidente pregou ainda uma maior integração das Forças Armadas e a aproximação dos militares com a sociedade civil.

O Ministro da Defesa, Nelson Jobim, afirmou que o documento pretende “dar capacidade de gestão da política militar e da política de defesa, seja em tarefas orçamentárias, seja em armamento e material, seja na definição das missões militares e seja na política de pessoal”.

Para o ministro, a Estratégia Nacional de Defesa também supõe uma integração da política de defesa com a política externa brasileira.

Segundo ele, “não há que se pensar em qualquer tipo de possibilidade, de atritos ou de pretensões conflitantes entre o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Defesa, um é complementar ao outro, somos todos, portanto, integrantes de uma política única, que é exatamente fazer a afirmação de um grande país”.

De acordo com o Ministério da Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa vai modernizar a estrutura nacional de defesa atuando em três eixos: reorganização das Forças Armadas, reestruturação da indústria brasileira de defe-

sa e a política de composição dos efetivos das Forças Armadas.

Um dos coordenadores da proposta, o Ministro de Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger, afirmou que “as Forças Armadas haverão de ser sempre a própria Nação em armas”.

O governo pretende inserir a defesa no debate nacional e com isso fazer com que as ações do setor estejam alinhadas com a estratégia de desenvolvimento nacional, sobretudo quanto às pesquisas científicas e tecnológicas que aumentem a autonomia do país em relação ao exterior.

**Medidas de Implementação da Estratégia Nacional de Defesa (Prazos para apresentação das propostas):**

## **Março de 2009**

1. Atualização da Política Nacional da Indústria de Defesa (MD, MF, MDIC, MPOG, MCT);\*
2. Atualização da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Defesa Nacional (MD e MCT);
3. Proposta de parcerias estratégicas com países para desenvolvimento de tecnologia de ponta de interesse para a defesa (MD, MRE e SAE);
4. Projeto de lei que altera a lei de criação da ESG, para viabilizar criação de cargos DAS (MD e MPOG);
5. Proposta de ato legal que garanta recursos financeiros continuados para conclusão de

\* Resumo transcrito de INFO-REL. de 19/12/2008.

\*\* Órgãos citados nas Medidas de Implementação (por ordem alfabética das siglas): FA – Forças Armadas; MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia; MD – Ministério da Defesa; MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; MEC – Ministério da Educação; MF – Ministério da Fazenda; MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; MRE – Ministério das Relações Exteriores; SAE – Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República; SAÚDE – Ministério da Saúde.

projetos relacionados à Defesa Nacional (MD, MPOG e SAE);

6. Proposta de modificação da lei do Sistema Nacional de Mobilização – Sinamob (MD e SAE);

7. Proposta de modificação da lei de licitações: regime jurídico e econômico especial para compras de produtos de defesa junto às empresas nacionais (MD, MDIC, MPOG e SAE);

8. Criação de estrutura, subordinada ao MD, para coordenar processo de certificação, de Metrologia, de normalização e de fomento industrial (MD, MDIC e MPOG);

9. Proposta de modificações na legislação para viabilizar, por parte do Ministério da Fazenda, garantias para contratos de exportação de produto de defesa de grande vulto (MD, MF, MDIC e SAE);

10. Proposta de criação de incentivos e desoneração tributária à iniciativa privada nacional na fabricação de produto de defesa prioritário para as Forças Armadas (MD, MDIC, MF, MPOG e SAE).

### ***Junho de 2009***

11. Planos de equipamento e articulação das Forças Armadas 2008–2023 (MD e FA);

12. Projeto de lei com nova estrutura militar de defesa contemplando a estruturação de núcleos de Estados-Maiores conjuntos vinculados ao Ministério da Defesa (MD);

13. Projeto de lei propondo nova estrutura do MD, com a criação de órgão encarregado do processo de aquisição de produto de defesa (MD e MPOG);

14. Projeto de lei propondo a criação de quadro específico de especialistas de defesa, para a inclusão no Plano Único de Carreira dos servidores da área de defesa (MD e MPOG);

15. Propostas de alterações nas leis Complementares 97, 117 e na Lei nº 9.299, para adequá-las à Estratégia Nacional de Defesa (MD);

16. Plano de transferência da sede da ESG para Brasília (MD);

17. Proposta para destinar a investimentos das Forças Armadas os recursos gerados por bens imóveis administrados por elas (MD, MF e MPOG);

18. Proposta de política de ensino para as Forças Armadas, em particular no nível de Altos Estudos (MD e MEC);

19. Estudo de viabilidade para criação de um Serviço Civil, voluntário, em todo o território nacional (MD, MPOG, SAE, MEC e SAÚDE);

20. Proposta de legislação para destinar às Forças Armadas os recursos provenientes de taxas e serviços cobrados por elas (MD, MF e MPOG);

21. Proposta de ato legal que garanta recursos financeiros continuados para o desenvolvimento integrado e a conclusão de projetos relacionados à defesa nacional (MD, MPOG e SAE).

### ***Setembro de 2009***

22. Proposta de projeto de lei de equipamento e articulação da defesa nacional (MD).

### ***Dezembro de 2009***

23. Planos estratégicos para cada Hipótese de Emprego (MD).

## **Conceitos relevantes da Estratégia Nacional de Defesa**

– O Brasil ascenderá ao primeiro plano no Mundo sem exercer hegemonia ou dominação.

– Estratégia Nacional de Defesa é inseparável de estratégia nacional de desenvolvimento.

Projeto forte de defesa favorece projeto forte de desenvolvimento. Forte é o projeto de desenvolvimento que, sejam quais forem suas demais orientações, se guie pelos seguintes princípios:

- a) Independência nacional, efetivada pela mobilização de recursos físicos, econômicos

e humanos, para o investimento no potencial produtivo do País. Aproveitar a poupança estrangeira, sem de ela depender;

- b) Independência nacional, alcançada pela capacitação tecnológica autônoma, inclusive nos estratégicos setores espacial, cibernético e nuclear. Não é independente quem não tem o domínio das tecnologias sensíveis, tanto para a defesa como para o desenvolvimento; e
  - c) Independência nacional, assegurada pela democratização de oportunidades educativas e econômicas e pelas oportunidades para ampliar a participação popular nos processos decisórios da vida política e econômica do País. O Brasil não será independente enquanto faltar para parcela do seu povo condições para aprender, trabalhar e produzir.
- A Estratégia Nacional de Defesa é o vínculo entre o conceito e a política de independência nacional, de um lado, e as Forças Armadas para resguardar essa independência, de outro. Será complementada por planos para a paz e para a guerra, concebidos para fazer frente a diferentes hipóteses de emprego.

### **Alguns pontos relevantes da Estratégia Nacional de Defesa**

#### **I – Objetivos:**

Reorganizar e reorientar as Forças Armadas, o complexo industrial de defesa e o Serviço Militar.

#### **II – Quadro Atual da Defesa Nacional**

- A) aspectos positivos
  - altos índices de confiabilidade das Forças Armadas;

- cultura militar pautada pelo conceito da flexibilidade;
- excelência do ensino nas Forças Armadas.

#### **B) vulnerabilidades**

- pouco envolvimento da sociedade brasileira;
- poucos recursos e equipamentos obsoletos;
- inadequada distribuição espacial no território nacional;
- ESG pouco articulada com governo e com sociedade;
- inexistência de carreira civil no Ministério da Defesa;
- escassez de recursos para ciência e tecnologia;
- compras no exterior calcadas em oportunidades;
- dualidade tributária entre produto de defesa nacional e estrangeiro;
- financiamento deficiente para empresas nacionais;
- bloqueio tecnológico imposto por estrangeiros;
- importações sem cláusula de compensação (off-set) comercial, industrial e tecnológica;
- sistemas nacionais de logística de mobilização ineficientes.

### **III – Premissas da Estratégia Nacional de Defesa**

1. Desenvolvimento e defesa são inseparáveis e motivadores recíprocos.
2. Defesa é o escudo do desenvolvimento.
3. A estratégia é motivada pela capacitação, e não por inimigo potencial.

### **IV – Diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa**

1. Dissuadir a concentração de forças hostis:

- A) na faixa de fronteira;  
 B) nas águas jurisdicionais;  
 C) no espaço aéreo.
2. Trinômio estratégico:  
 A) monitoramento e controle (ar, terra e mar);  
 B) mobilidade;  
 C) presença.
3. Mobilidade estratégica: reação imediata.
4. Aprofundar vínculo tecnológico/operacional.
5. Fortalecer vetores:  
 A) espacial;  
 B) cibernético;  
 C) nuclear.
6. Consolidar e fortalecer o Ministério da Defesa  
 A) ampliar competências do ministério;  
 B) secretários serão de livre escolha do ministro;  
 C) criar carreira civil de defesa;  
 D) ministério coordenará compras e pesquisas de defesa.
7. Unificar operações das três forças, mediante criação de estado-maior conjunto das Forças Armadas.
8. Reposicionar efetivos das três forças.
9. Adensar presença nas fronteiras.
10. Priorizar Região Amazônica:  
 A) estratégia da presença;  
 B) capacidade logística (para estar presente quando necessário).
11. Desenvolver flexibilidade no combate: atuação como forças convencionais e não convencionais.
12. Práticas e capacitações dos combatentes:  
 A) ter meios e habilidades para atuar em rede, com outros elementos da própria Força e das demais;  
 B) radicalizar mobilidade, com tecnologia e conhecimento;  
 C) aprofundar flexibilidade, adaptabilidade e audácia.
13. Principais meios e capacitações nacionais a receberem prioridade:  
 A) satélites e seus veículos lançadores;  
 B) alternativas ao sistema GPS (*Global Positioning System*);  
 C) monitoramento focado (alta resolução);  
 D) enlace de comunicação terrestre/espacial/aéreo;  
 E) veículos aéreos não tripulados (VANTs);  
 F) sistemas de guiamento a laser para mísseis;  
 G) munições não nucleares de todos os tipos.
14. Garantia da lei e da ordem:  
 – estabelecer legislação que determine as condições de emprego e o respaldo das ações.
15. Integração com a América do Sul:  
 A) conselho de Defesa Sul-Americano;  
 B) estimular relações com países vizinhos.
16. Ampliar participação em operações de manutenção de paz.
17. Ampliar meios de busca e salvamento (Brasil tem compromissos internacionais em seu território e nas águas próximas).
18. Desenvolver potencial de mobilização (revisão da lei de mobilização).
19. Indústria Nacional de Defesa.  
 A) Diretrizes compatíveis com a Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP (Política Industrial):  
 – desenvolvimento tecnológico independente;  
 – foco em tecnologias indispensáveis;  
 – imperativos estratégicos prevalecem sobre comerciais;  
 – polarização pesquisa avançada x produção rotineira;  
 – desenvolver capacitações operacionais;  
 – regimes legais especiais (regulatório e tributário);  
 – atuação no teto tecnológico, e não no piso;  
 – conquistar mercado externo;

- formação de recursos humanos;
  - parceria com outros países.
- B) Criação da Secretaria de Material de Defesa (MD):
- implementar política centralizada de compras;
  - otimizar dispêndio de recursos;
  - priorizar busca de capacitação tecnológica;
  - coordenar pesquisa avançada em tecnologias de defesa;
  - evitar duplicação de quadros e ideias;
  - construir elos entre pesquisa e produção.
20. Serviço Militar Obrigatório:
- A) instrumento de unidade da nação;
  - B) reverter tendência à profissionalização;
  - C) aprofundar educação do recruta;
  - D) manter obrigatoriedade e seguir critérios:
    - vigor físico e capacidade analítica;
    - representação de todas as classes e regiões.
21. Oficialato:
- A) objetivo:
    - representar todos os setores da sociedade;
  - B) condições indispensáveis:
    - remuneração competitiva;
    - nação abraça a causa da defesa.
22. Serviço Civil (voluntário):
- A) complementar ao serviço militar;
  - B) amplas proporções;
  - C) vivência nacional;
  - D) universo: mulheres e homens não incorporados;
  - E) semelhança com o projeto;
  - F) atender carências do povo brasileiro;
  - G) treinamento militar básico.
23. Estimular Tiros de Guerra.
24. Recursos humanos civis:
- A) criação da carreira de especialista em defesa.
  - B) tornar a ESG principal vetor de formação civil.

## V – Setores estratégicos

Espacial, cibernético e nuclear.

### 1. Setor espacial

#### A) vetores:

- Agência Espacial Brasileira (AEB);
- Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE); e
- Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

#### B) prioridades:

- veículos lançadores de satélites;
- satélites geoestacionários e sensoria-mento remoto;
- tecnologias de comando e controle satelitais;
- coordenadas geográficas por satélites (GPS, Glonass, Compass e Galileo).

### 2. Setor cibernético:

A) espectro de usos industrial, educativo e militar;

B) prioridade: telecomunicações e capacitação.

### 3. Setor nuclear

A) programa de submarino de propulsão nuclear:

- nacionalização do ciclo do combustível;
- construção de reatores setores estratégicos.

B) jazidas de urânio:

- acelerar mapeamento, prospecção e aproveitamento.

C) termoelétricas nucleares.

D) difusão do uso da energia nuclear (ex: agricultura, saúde etc.).

E) manutenção do Tratado de Não Proliferação, sem protocolos adicionais.

F) prioridade à formação de recursos humanos.

## VI – Diretrizes para as Forças Armadas

### *Marinha do Brasil*

#### 1. Tarefas estratégicas:

- A) negação do uso do mar (tarefa prioritária);

- B) controle de áreas marítimas;
  - C) projeção de poder.
2. Foco:
- A) defesa pró-ativa nas águas jurisdicionais brasileiras de:
    - plataformas petrolíferas;
    - instalações navais e portuárias;
    - arquipélagos e ilhas oceânicas.
  - B) garantia das vias marítimas de comércio;
  - C) operações internacionais de paz.
3. Áreas de atenção especial:
- A) faixa oceânica Santos-Vitória;
  - B) foz do Rio Amazonas.
4. Reconfiguração e balanceamento:
- A) submarinos (convencionais e propulsão nuclear);
  - B) mísseis;
  - C) navios de alto-mar;
  - D) navios de patrulha (litorânea e oceânica);
  - E) aviação naval.
5. Ampliar presença nas bacias:
- A) do Amazonas (base naval próxima da foz do rio);
  - B) Paraguai-Paraná.
6. Instalação de bases de submarinos;
7. Monitoramento do mar a partir do espaço;
8. Fuzileiros navais: projeção do poder.

### *Exército Brasileiro*

1. Imperativos:
- A) flexibilidade: mínimo de rigidez, máximo de adaptabilidade;
  - B) elasticidade: capacidade de aumentar poder de combate mediante mobilização de recursos humanos (reservas) e materiais;
  - C) Módulo brigada será a base da organização do Exército (A brigada, módulo básico de combate da Força Terrestre, grande unidade básica de combinação de armas do Exército, é dirigida por

um oficial-general (general de brigada) e é a menor unidade que reúne os diversos meios necessários a lutar em um teatro de guerra – Artilharia, Infantaria, Comunicações, Engenharia, Logística etc. No Brasil, em geral, as brigadas dispõem de aproximadamente cinco mil homens e são constituídas por três batalhões — um batalhão, por sua vez, e formado por companhias, e estas são compostas por pelotões. As brigadas formam divisões, e estas formam exércitos. No momento, o Brasil dispõe de 26 Brigadas e 1 Comando de Aviação do Exército com nível de brigada).

2. Monitoramento/controlado e mobilidade:
- a) veículos terrestres;
  - b) meios aéreos de combate e transporte;
  - c) comunicação integrada com FAB e Marinha;
  - d) dados integrados: aéreos, satélites e radares.
3. Amazônia
- a) estratégia: presença e mobilidade;
  - b) monitoramento/controlado (espaço e terra);
  - c) meios logísticos, terrestres e aéreos;
  - d) soberania nacional:
    - regularização fundiária;
    - desenvolvimento sustentável.

### *Força Aérea Brasileira*

1. Vigilância aérea
- a) sistema de defesa aeroespacial brasileiro;
  - b) comando de defesa aeroespacial brasileiro.
2. Superioridade aérea local
- a) nova frota de aviões de combate (2015/2025);
  - b) mísseis e bombas inteligentes;
  - c) mísseis além do alcance visual.

3. Capacidade de combate em território nacional
  - a) operação conjunta com Marinha e Exército;
  - b) aeronaves de transporte:
    - módulo brigada estratégico;
    - Região Amazônica e Centro-Oeste.
4. Domínio do potencial estratégico:
  - a) sistemas de armas de precisão (aviônica, sensores e plataformas);
  - b) subsídios cartográficos;
  - c) recursos de inteligência.
5. Complexo tecnológico e científico:
  - A) independência tecnológica;
  - B) cooperação CTA/empresas privadas;
  - C) São José dos Campos – Vulnerabilidade;
  - D) caça de 5ª geração;
  - E) aeronaves não tripuladas (VANTs).
6. Evolução da Força Aérea:
  - A) operação em rede com as demais forças;
  - B) avanço nos programas dos VANTs;
  - C) integração das atividades espaciais. ●



## Editorial 2009

Coleção General Benício

SOLDADOS DA PÁTRIA

*Frank D. McCann – coedição/Cia das Letras*

Nas palavras do historiador Francisco Doratioto, trata-se de “obra inovadora que reescreve a História do Exército Brasileiro, desde a Proclamação da República até o Estado Novo”. O autor, nascido nos Estados Unidos, escreveu inúmeros e importantes estudos sobre a história militar brasileira. Esse livro fundamenta-se em detalhada pesquisa realizada em arquivos britânicos, norte-americanos, franceses e brasileiros, assim como em depoimentos de líderes militares e civis que sobreviveram após a época considerada.